

COMO ANDA O RIO DE JANEIRO?

NOTA CONJUNTURAL • ABRIL DE 2013 • Nº 22



PANORAMA GERAL

Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) tem sido o destino de diversos investimentos de grande porte. E as perspectivas são ainda mais promissoras. De acordo com o estudo da Firjan “Decisão Rio 2012-2014” o estado receberá investimentos recordes da ordem de R\$ 211,5 bilhões. Anualmente, a instituição tem revisto as projeções de investimento para cima.

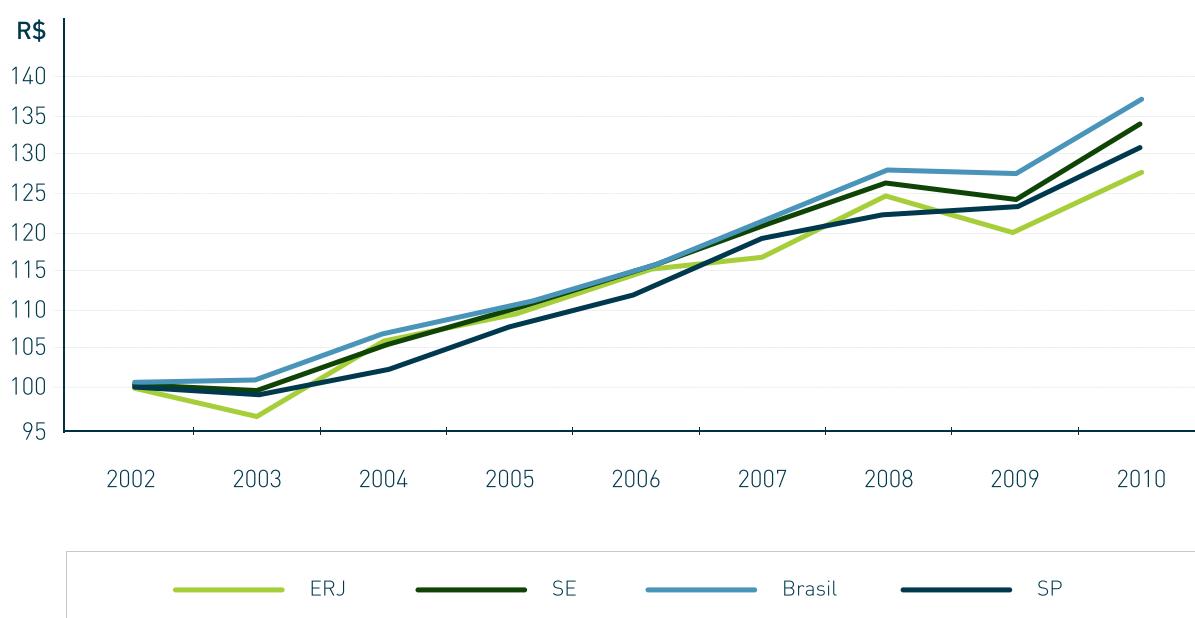
Diante dessa entrada de recursos, como anda o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro? Estamos avançando nos indicadores socioeconômicos? O lançamento da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) de 2011 representa uma oportunidade para fazer um balanço recente da situação do Estado comparando com a média Brasileira e com a do Sudeste, além de agregar informações a outras fontes como Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Antes de entrar nas dimensões do desenvolvimento – renda, pobreza, desigualdade, mercado de trabalho e educação – convém abordar a trajetória recente de crescimento do ERJ, que tem a segunda maior economia do Brasil. Conforme pode ser visto no Gráfico 1, após ter um desempenho igual ou melhor do que as economias brasileira e do Sudeste entre 2003 e 2006, o Rio de Janeiro voltou a perder posição, levando à diminuição da participação no PIB total e da região. Esse comportamento esteve associado ao desempenho da extrativa mineral que reduziu sua participação, que era em torno de 15% em 2006 para menos de 10% em 2009-2010.

Assim, a taxa de crescimento anual do PIB fluminense (3,1%) foi a menor do país na década passada. Além disso, o dinamismo econômico do Rio de Janeiro é fortemente dependente da indústria extrativa mineral, que é bastante volátil. Segundo o movimento observado no setor petrolífero, enquanto em 2009 houve redução da atividade em termos reais, em 2010, a economia se recuperou e o PIB estadual correspondeu a aproximadamente R\$ 407 bilhões.

Dado esse cenário, é necessário investigar como avançamos nas outras condições socioeconômicas do Estado que nos apontam a capacidade de manter ritmos de crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

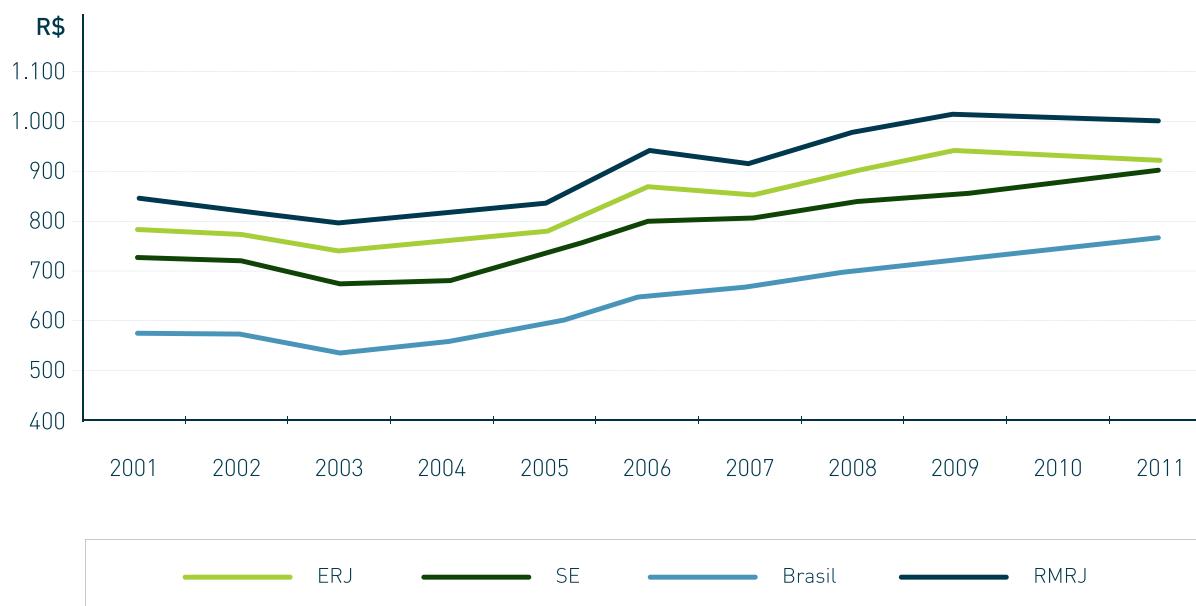
GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DO PIB (R\$ DE 2000) FONTE: IETS com base nos dados das Contas Regionais do Brasil/IBGE



RENDAS, POBREZA E DESIGUALDADE

A renda domiciliar *per capita* do ERJ é a quarta maior do país (R\$ 921), atrás do Distrito Federal (R\$ 1573), Santa Catarina (R\$ 990) e São Paulo (R\$ 981). Entre 2009 e 2011, houve queda de 1,7% no estado e na RMRJ, a despeito do crescimento observado no Brasil e Sudeste. Se considerarmos a década de 2001-2011, a renda do ERJ cresceu menos do que a média brasileira e do sudeste (Gráfico 2). Destaca-se o crescimento da renda de Santa Catarina, que estava em 5º lugar nos anos 90, e atualmente só perde para o Distrito Federal.

GRÁFICO 2 | EVOLUÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$ DE 2011) FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE



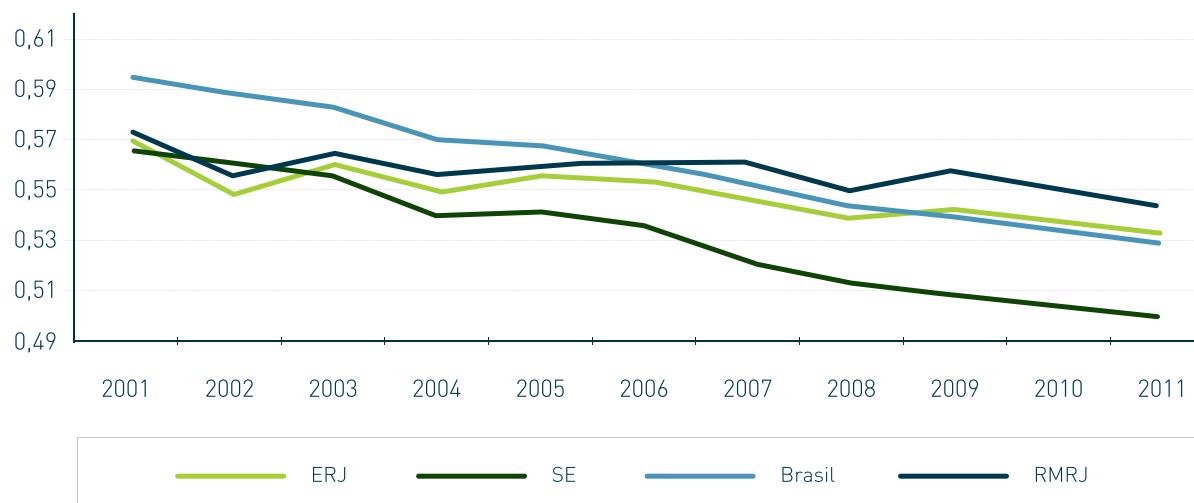
Se por um lado o desempenho da renda não tem sido satisfatório, o da desigualdade também não acompanha o ritmo de queda nacional ou do Sudeste. O ERJ tem o maior coeficiente de Gini entre as Unidades da Federação do Sudeste, Sul e Centro Oeste². Além disso, o Gráfico 3 mostra que a desigualdade vem caindo mais lentamente no Rio de Janeiro do que no restante do país: em 2011, o Gini do estado, que era de 0,532, ultrapassou o do Brasil (0,527) e foi superior ao do Sudeste (0,50). A redução, mesmo que pequena, do coeficiente de Gini se deveu à queda da renda domiciliar per capita nos décimos finais (mais ricos) concomitantemente ao seu aumento nos iniciais (mais pobres)³.

1. Como a PNAD não foi a campo em 2010, em todos os gráficos com base nas informações desta pesquisa, as retas são contínuas entre 2009 e 2011.

2. Exceto o Distrito Federal, que possui o mais alto coeficiente de Gini do país.

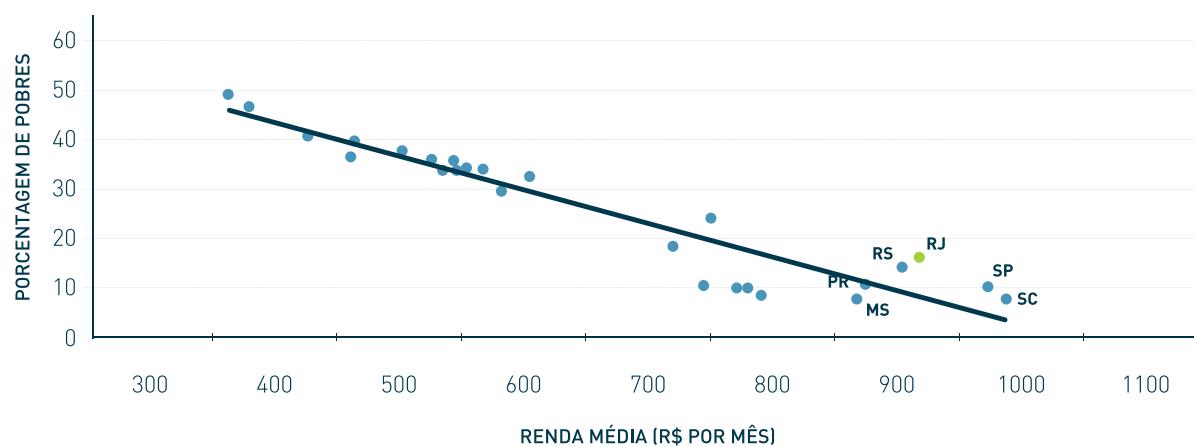
3. Para construir os décimos, ordena-se toda a população pela renda, que então é dividida em dez partes iguais. Os primeiros décimos são as parcelas mais pobres da população, enquanto os últimos correspondem às mais ricas. A análise da evolução da renda por décimos da população permite acompanhar o desempenho desse indicador em diferentes extratos sociais.

GRÁFICO 3 | EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI | FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE



Diante do decréscimo da renda e da queda menos expressiva da desigualdade entre 2009 e 2011, os avanços na redução da pobreza foram menores no Rio de Janeiro do que no restante do país e na região Sudeste. Como pode ser observado no Gráfico 4, o estado possui um nível de pobreza ainda elevado para seu patamar de renda. Com um patamar de renda próximo, estados como o Mato Grosso do Sul tem a metade do percentual de pobres do Estado do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 4 | RELAÇÃO ENTRE POBREZA E RENDA MÉDIA NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2011



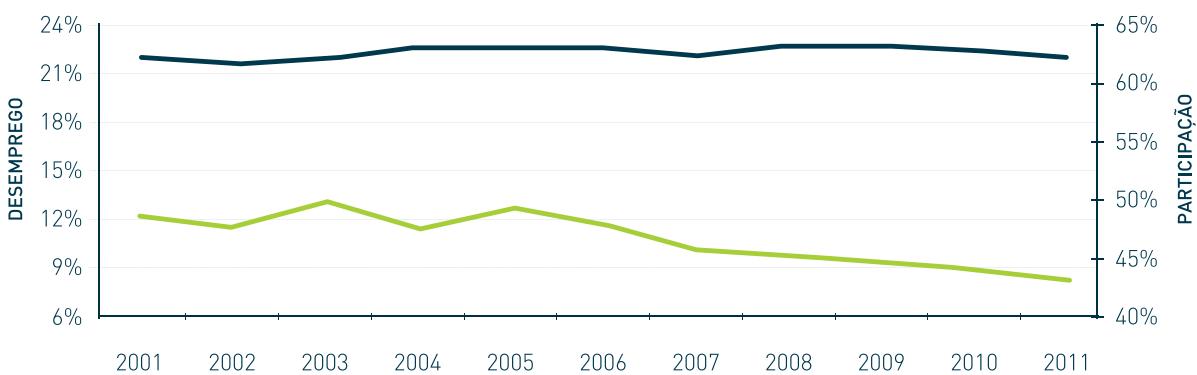
Esses indicadores mostram fragilidades no modelo de desenvolvimento do Estado que podem limitar sua capacidade de manutenção de um ritmo sustentável de crescimento nos próximos anos. O comportamento das condições de renda está relacionado ao desempenho do mercado de trabalho, como veremos na seção a seguir.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho fluminense se caracteriza pela baixa taxa de participação e pelo alto desemprego em relação ao Sudeste e ao Brasil. Assim, estados cujo nível de renda é próximo ao do Rio de Janeiro, como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, apresentam maiores taxas de atividade e menor desemprego.

Como pode ser visto no Gráfico 5, o desemprego está caindo de forma consistente desde 2005 no Rio de Janeiro.⁴ Entretanto, entre 2009 e 2011, foi observada uma queda de 10% no ERJ, cerca de metade da aferida na região Sudeste (-21%) e no Brasil (-19%). Concomitantemente, a taxa de participação fluminense se manteve relativamente estável, sugerindo uma trajetória de criação de postos de trabalho no estado.

GRÁFICO 5 | TAXA DE DESEMPREGO E PARTICIPAÇÃO FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE

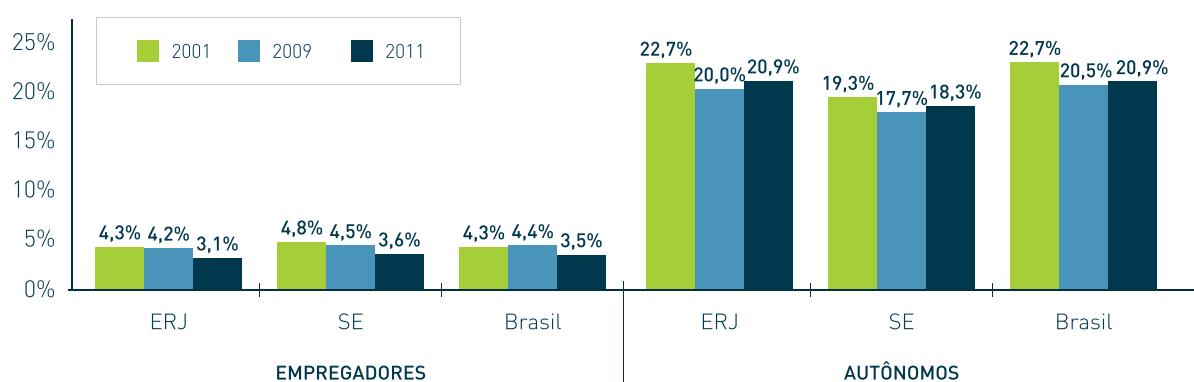


Considerando o emprego formal, houve crescimento entre 2009 e 2011, seguindo a trajetória nacional que iniciou-se em 2004. A porcentagem de empregados com carteira assinada no Rio de Janeiro (49%) é inferior a de São Paulo (57%) e a de Santa Catarina (52%). Como contrapartida, a participação do emprego sem carteira diminuiu no ERJ, no Sudeste e no Brasil.

⁴ A taxa de desemprego na RMRJ aferida pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) em 2011 foi de 5,2% e tem mantido a tendência de queda iniciada em 2006. Assim, em abril de 2013, chegou a 4,2%, a segunda menor entre as seis maiores regiões metropolitanas, superior a Porto Alegre. É a menor taxa de desocupação de abril desde o início da série em março de 2002.

Apesar de o trabalho por conta própria também ter registrado queda na última década, houve crescimento do mesmo no período de 2009 e 2011 tanto no Brasil quanto na região Sudeste e no Rio de Janeiro, conforme pode ser visto no Gráfico 6.⁵ Em contrapartida, a proporção de empregadores no total de ocupados diminuiu no período. Com relação ao número de empregadores, o Rio de Janeiro apresenta o menor percentual, de apenas 3,1%, entre os estados do Sul, Sudeste e Centro Oeste, abaixo inclusive da média brasileira (3,4%).

GRÁFICO 6 | PERCENTUAL DE AUTÔNOMOS E EMPREGADORES FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE



Quando analisamos o número de empreendedores (dado pelo total de trabalhadores por conta própria e empregadores) que são empregadores, apenas 13% deles o são no Rio de Janeiro, indicando que o estímulo a empreender no estado é baixo em comparação com as Unidades da Federação do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em São Paulo, por exemplo, esse percentual equivale a 17%.

De acordo com os dados da PNAD/IBGE de 2011, apenas 15% dos trabalhadores por conta própria no Rio de Janeiro possuem CNPJ, contra 27% em São Paulo e 17% na média brasileira. O ERJ perdeu duas posições no ranking nacional nesse indicador, caindo da 11^a para a 13^a posição. Com efeito, em 2009 havia mais informalidade entre os autônomos em Minas Gerais e no Espírito Santo do que no Rio de Janeiro. Em 2011, esse cenário se inverteu.

5. De acordo com a PME/IBGE, a participação dos trabalhadores por conta-própria na ocupação total da RMRJ diminuiu ao longo do período de 2009 a 2012. Já o percentual de empregadores entre os ocupados após quedas consecutivas desde o inicio da pesquisa em 2002, registrou crescimento em 2012, chegando a 4,4% da ocupação total.

O Rio de Janeiro ocupa a mesma posição no ranking do percentual empregadores com até 10 empregados que tem registro no CNPJ, correspondendo a 61% no estado e no Brasil e a 64% em São Paulo. Quando considerado todo o universo de empregadores, 77% deles possui registro formal no Rio de Janeiro, porcentagem mais alta do que no Brasil (76%), mas ainda abaixo da verificada em São Paulo (85%).

No que se refere à renda média do trabalho, após um aumento que a levou ao nível paulista entre 2008 e 2009, a renda do trabalho fluminense ficou praticamente estagnada em 2011. Na última década, os rendimentos dos trabalhadores fluminenses cresceram 12% ao ano, ritmo inferior ao do Brasil, mas o dobro do observado em São Paulo.

A trajetória da renda e a qualidade da inserção do mercado de trabalho estão associadas ao nível educacional da população, aspecto abordado a seguir.

EDUCAÇÃO

Em 2011, a taxa de analfabetismo e a escolaridade média dos adultos no Rio de Janeiro corresponderam respectivamente a 3,4% e 8,5 anos de estudo e só foram superadas por aquelas verificadas no Distrito Federal. No entanto, esses indicadores refletem o estoque educacional do estado. Para analisar os esforços atuais e capacidades futuras, é necessário voltar-se para a cobertura e qualidade do ensino fluminense.

Em 2011, o percentual de crianças de 7 a 14 anos que frequentavam a escola é um pouco mais baixo no Rio de Janeiro (96,9%) do que no Sudeste (98,1%) e no Brasil (97,4%). Entretanto, a melhora nesse indicador foi mais forte no Rio entre 2009 e 2011, de modo que a distância entre o estado e os demais recortes territoriais analisados diminuiu. Assim, ERJ apresentou avanços, ainda que insuficientes para compensar seu atraso em relação à média do Sudeste.

Da mesma forma, o IDEB – composto pela aprovação e média dos alunos em língua portuguesa e matemática na Prova Brasil – no Rio de Janeiro é inferior ao verificado nos outros estados da região Sudeste nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (Gráfico 7). Contudo, entre 2009 e 2011, o IDEB fluminense cresceu acima da média do país e do Sudeste em ambos os ciclos. No 9º ano, o Rio de Janeiro apresentou o terceiro maior crescimento do índice no país.

GRÁFICO 7 | IDEB – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL FONTE: IETS com base nos dados do INEP



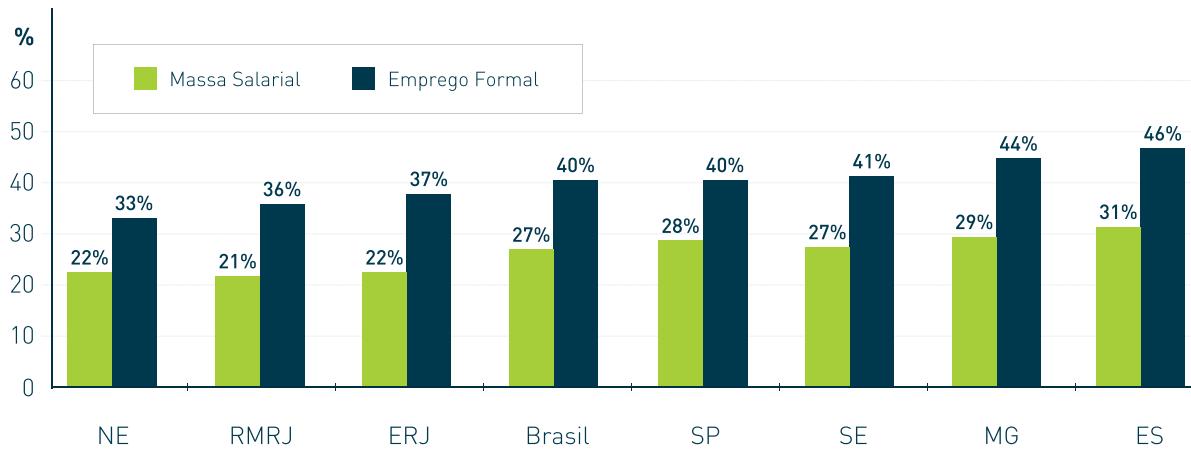
MPE⁶

A baixa participação das MPE no emprego formal no Rio de Janeiro explicita uma característica peculiar à economia fluminense: estrutura produtiva baseada em setores com presença maior de estabelecimentos de grande porte. Quando analisamos os empregos formais, 37% deles no ERJ são em MPE, percentual que se encontra entre os verificados no Nordeste (33%) e no Brasil (40%), ou seja, inferior aos observados nos estados do Sudeste e na média da região (41%). Entre os recortes territoriais analisados, o Rio de Janeiro (e sua região metropolitana) foi o único em que houve redução da participação das MPE no emprego formal entre 2009 e 2011.

A contribuição das MPE na massa salarial também é reduzida no Rio de Janeiro (22%), situando-se no nível nordestino e abaixo da média brasileira e do Sudeste, de 27% (Gráfico 8). A participação das MPE no emprego formal e na remuneração total na RMRJ é inferior à observada no estado.

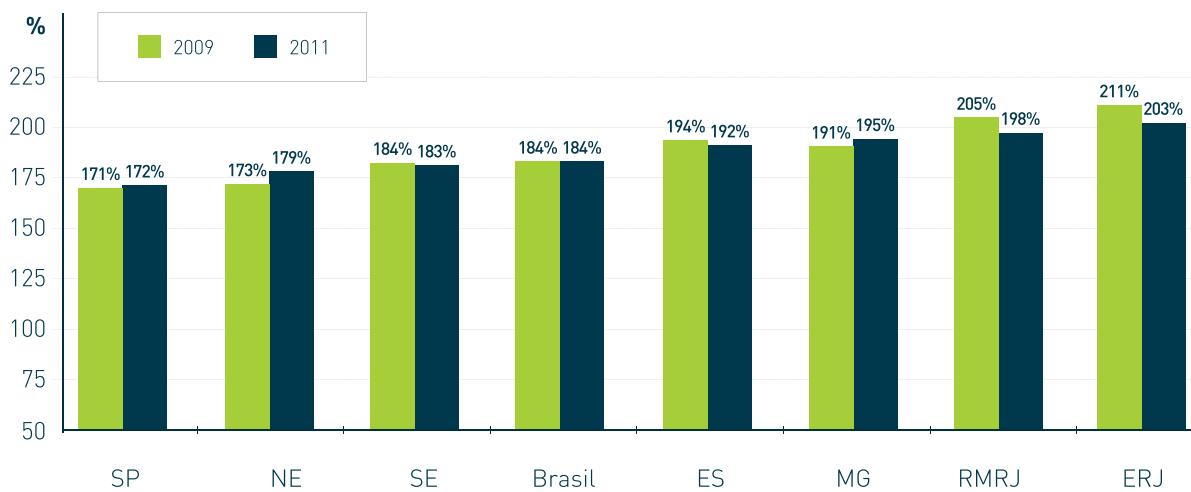
6. O porte ou tamanho de empresas foi definido pelo critério de classificação por número de funcionários, utilizada pelo Sistema SEBRAE. Assim, as micro e pequenas empresas (MPE) compreendem indústrias (de transformação e extrativa mineral) com até 99 funcionários e as empresas agropecuárias, empresas do comércio e empresas dos serviços com até 49 funcionários. Já as médias e grandes empresas (MGE) são indústrias com 100 ou mais funcionários e empresas agropecuárias, do comércio e do serviço com 50 ou mais funcionários.

GRÁFICO 8 | PARTICIPAÇÃO DAS MPE NO EMPREGO FORMAL E NA MASSA SALARIAL – 2011 FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE



O salário médio nas médias e grandes empresas (MGE) é mais alto do que nas MPE: respectivamente R\$ 2713 e R\$ 1335 no Rio de Janeiro. O estado apresenta o sétimo maior diferencial salarial entre MGE e MPE no país, 20 p.p. acima do aferido no Sudeste e no Brasil. Contudo, o Gráfico 9 mostra que, entre 2009 e 2011, houve uma redução substancial do diferencial de salários entre MGE e MPE no Rio de Janeiro.

GRÁFICO 9 | DIFERENCIAL DE SALÁRIOS ENTRE AS MPE E MGE FORMAIS FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE



EM RESUMO

O balanço da última década mostra que o Rio de Janeiro avançou em praticamente todas as dimensões analisadas: renda, pobreza, desigualdade, mercado de trabalho e educação. No entanto, apesar do volume de recursos investidos em diversos setores no estado, o crescimento econômico do Rio de Janeiro segue reduzido e os avanços em termos de pobreza e desigualdade foram mais tímidos do que os estados vizinhos. O Rio de Janeiro tem o maior Gini entre os estados do Sudeste e Sul e a desigualdade reduziu menos do que os estados do Sudeste no último ano disponível e na última década. A renda domiciliar per capita por sua vez cresceu menos do que a média brasileira e do Sudeste. Esses dois movimentos combinados levaram a avanços menores na redução da pobreza.

Parte substancial dos desafios parece relacionada ao mercado de trabalho. Mesmo com uma baixa participação no mercado de trabalho, a taxa de desemprego no Rio de Janeiro é a maior do Sul-Sudeste, apesar da queda acentuada desde 2005. A baixa taxa de ocupação é outra característica marcante, chegando a ser inferior à média brasileira. Tal característica se manteve mesmo com o processo de formalização dos postos de trabalho que foi compensado pela redução do emprego informal. Entre 2009 e 2011, houve crescimento do trabalho por conta própria e diminuição da proporção de empregadores. O Rio de Janeiro segue com elevada informalidade dos empreendedores e baixa taxa de sucesso dos empreendedores.

A estrutura produtiva do estado distingue-se pela alta participação de médias e grandes empresas entre os empreendimentos formais, com maiores salários e capacidade de geração de empregos. Embora a participação das MPE no número total de estabelecimentos seja parecida no Estado do Rio e no resto do Brasil e no Sudeste (em torno de 98%), a sua contribuição para o total de empregos e para a massa salarial no Rio de Janeiro é mais baixa. Entretanto, o elevado diferencial salarial entre MPE e MGE caiu de 2009 a 2011, indicando uma melhora relativa para os trabalhadores nas MPE.

Enfim, o Rio de Janeiro avançou nessa última década, porém menos do que os vizinhos do Sudeste e muitas vezes menos do que a média brasileira. Assim, preservamos uma posição intermediária entre os Estados do Sudeste e do Nordeste, algumas vezes mais próximo destes, conforme revela o quadro síntese ao final. Há características estruturais do nosso Estado que demandam uma atuação decisiva e eficaz de um conjunto de atores relevantes para produzir um padrão de desenvolvimento mais justo e sustentável no médio e longo prazo.

E MAIS...

- De acordo com IBGE, em 2011, a densidade demográfica do Estado do Rio de Janeiro é de 365,23 pessoas por km², a segunda mais alta do país, atrás apenas do DF, cuja extensão é diminuta.
- Segundo dados do Datasus, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes de homens de 15 a 29 anos no Rio de Janeiro diminuiu de 200 em 2001 para 150 em 2010, enquanto que em São Paulo passou de 170 para 50 nesse mesmo período.

QUADRO SÍNTESE EM 2011 FONTE: PNAD/IBGE e RAIS/MTE

